
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA J&F PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

J&F PARTICIPAÇÕES S.A.,

na qualidade de emissora

e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

na qualidade de agente fiduciário

05 DE NOVEMBRO DE 2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA J&F PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado:

J&F Participações S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 1, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.350.763/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura (conforme definida abaixo), representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo) ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", sendo o Agente Fiduciário e a Emissora doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da J&F Participações S.A.*" ("Escritura"), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÕES

1.1. Emissão

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 1º de novembro de 2012 ("AGE"), na qual foram aprovados os termos e as condições da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação.

2.1.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro junto à ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação

2.2.1. A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal O Dia de São Paulo, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, devidamente registrada na JUCESP, bem como de eventuais Aditamentos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da obtenção do referido registro.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da referida Instrução.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (*holdings*) e administração de bens próprios.

3.2 Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora.

3.3 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.4 Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5 Colocação, Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), com intermediação da Caixa Econômica Federal, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Avenida Paulista, 2.300 – 11º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da J&F Participações S.A.*", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação (conforme definido abaixo).

3.5.2 Observado o disposto na regulamentação aplicável, o Coordenador Líder organizará a colocação das Debêntures exclusivamente perante Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo), sendo certo que, nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados ("Plano de Distribuição"), observados os seguintes termos e condições:

- (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo);
- (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- (iii) não será realizada busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede

mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476; e

(iv) os Investidores Qualificados deverão subscrever Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.3 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.

3.5.4 O Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

3.5.4.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados.

3.5.5 Observadas as condições previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder realizará a colocação da totalidade das Debêntures em regime de garantia firme de colocação.

3.5.6 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Colocação descrito nesta Cláusula 3.5.

3.5.7 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição e entrega, ao Coordenador Líder, de declaração devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando estar ciente e concordar, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, dentre outras declarações somente

podendo ser negociadas nos mercados regulamentados 90 (noventa) dias após a subscrição, observadas as obrigações adicionais da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, observado, entretanto, que o Coordenador Líder (i) comprometem-se a direcionar a Oferta Restrita a Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; (ii) comprometem-se a acessar um número restrito de investidores; (iii) concordam que as propostas de maior volume terão prioridade de alocação; e (iv) comprometem-se a observar os limites descritos nos incisos I e II da Cláusula 3.5.2 acima.

3.5.9 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.5.10 Caso a Oferta Restrita seja cancelada ou revogada, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder, juntamente com a Emissora, comunicarão aos Investidores Qualificados o cancelamento da Oferta Restrita. Se o Investidor Qualificado já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição (conforme abaixo definido), o Preço de Subscrição será devolvido pela Emissora sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se houver, dos tributos a ele incidentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta Restrita.

3.6 Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e o agente escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/no, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob no 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" ou "Agente Escriturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Mandatário ou o Agente Escriturador, conforme o caso, na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula.

3.7 Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão de Debêntures serão destinados ao refinanciamento de suas dívidas de curto prazo.

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 05 de novembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escrirador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme o caso, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade das Debêntures.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.4 **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de novembro de 2017 ("Data de Vencimento").

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação.

4.1.7 **Garantias:** As Debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias.

4.2. Remuneração

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente por qualquer índice ou taxa.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão, desde a Data de Emissão das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida exponencialmente do percentual (*spread*) ao ano de 1,82% (um inteiro e oitenta e dois centésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão e pagos nas datas de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), ou nos termos da Cláusula V e da Cláusula VI abaixo, e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no "*Caderno de Fórmulas SND - Debêntures*", disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), conforme a fórmula descrita na Cláusula 4.2.3 abaixo ("Remuneração").

4.2.3. **Fórmula de Cálculo da Remuneração:** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

onde:

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} \right] - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI-Over de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread – 1,8200%, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casa decimais.

n – número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro.

4.2.3.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão é $[1 + (\text{TDI}_k)]$ considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (\text{TDI}_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4. Se na Data de Vencimento não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável.

4.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou

divulgação, ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI-Over ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do fim do prazo de 10 (dez) dias da não divulgação, da extinção ou da impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over, conforme o caso, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado ("Taxa Substitutiva").

4.2.6. Até o momento da definição da Taxa Substitutiva ou da definição, pela Emissora, entre o disposto nos incisos I ou II abaixo, conforme o caso, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definidas na Cláusula 8.2.2. abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate e pagamento, calculada *pro rata temporis*. A Taxa DI-Over a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, sendo que o resgate a que se refere este inciso não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, levando-se em conta o procedimento da CETIP para operacionalização de referida amortização, e resgatar eventual saldo residual, nos termos do cronograma a ser

estipulado pela Emissora, e aprovado por Debenturistas, representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo médio das amortizações originalmente programadas das Debêntures, utilizando-se, para cálculo da Remuneração aplicável, durante o prazo de amortização das Debêntures previsto neste inciso, a periodicidade do pagamento da Remuneração prevista nesta Escritura, e uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas, representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas, a qual, se for referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.3 abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva.

4.2.7. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que (i) se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, para o primeiro Período de Capitalização; ou (ii) se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, para os demais Períodos de Capitalização. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme tabela abaixo, sendo que o último pagamento deverá ocorrer na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"):

Datas de Pagamento da Remuneração
05 de maio de 2013
05 de novembro de 2013
05 de maio de 2014
05 de novembro de 2014

05 de maio de 2015
05 de novembro de 2015
05 de maio de 2016
05 de novembro de 2016
05 de maio de 2017
05 de novembro de 2017

4.4. Amortização

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas, conforme tabela abaixo, sendo que o último pagamento deverá ocorrer na Data de Vencimento:

Datas de Pagamento da Amortização	Percentual calculado sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário
05 de novembro de 2015	33%
05 de novembro de 2016	33%
05 de novembro de 2017	34%

4.5. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

4.7. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme o caso; e (ii) pelo Banco Mandatário, para as Debêntures não custodiadas eletronicamente no SND, conforme o caso.

4.8. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não for um Dia Útil. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia que não seja feriado nacional, sábado ou domingo ("Dia Útil").

4.9. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.10. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam DOESP e no jornal O Dia de São Paulo ou em outros, conforme deliberação da Assembleia Geral da Emissora.

4.13. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO TOTAL OU PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Total ou Parcial

5.1.1. Ficará admitido o resgate total ou parcial das Debêntures, a qualquer momento, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, a critério da Emissora, respeitadas as condições descritas nesta Escritura e a Lei das Sociedades por Ações, mediante o envio ou publicação de comunicado aos Debenturistas com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência ("Resgate Antecipado"), informando: (a) a data em que será realizado o Resgate Antecipado, a qual deverá ser um Dia Útil; e (b) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures. O Resgate Antecipado das Debêntures pela Emissora se dará mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário, acrescido: (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado, (b) Encargos Moratórios, se houver; e (c) de um prêmio a ser calculado da seguinte forma:

Prêmio = $[d/D * p] \times (VNe + J)$, onde:

Prêmio = valor de Prêmio de Resgate Antecipado para cada Debênture em Circulação;

d = a quantidade de dias corridos entre a data de pagamento dos valores devidos aos Debenturistas em razão do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures;

D = a quantidade de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures;

p = 0,50% (cinquenta centésimos por cento);

VNe = o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em razão do Resgate Antecipado na data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado aos Debenturistas informado e calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos em razão do Resgate Antecipado na data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado aos Debenturistas, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.

5.1.2. A CETIP e o Agente Fiduciário deverão ser comunicados, pela Emissora, sobre a realização do Resgate Antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

5.1.3. Na hipótese de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme o caso, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário". Todas as etapas de resgate antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a ser resgatada por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.1.4. Uma vez exercido pela Emissora a opção de resgate antecipado, esta se tornará obrigatória (i) a todos os Debenturistas, no caso do resgate antecipado total; e (ii) aos Debenturistas titulares das Debêntures a serem resgatadas conforme sorteio, no caso de resgate antecipado parcial.

5.1.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas.

5.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 8.2.

CLÁUSULA VI

VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2, 6.3 e 6.4, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso I abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 04.9), independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos praticados pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes (conforme definidas abaixo) (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- I. não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da respectiva data da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário;
- II. apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, pedido de falência, desde que não elididos no prazo

legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela Emissora;

- III. propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se houver o ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- IV. liquidação, dissolução, ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;
- V. descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro neste sentido, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- VI. vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura, em razão de inadimplência contratual ou não;
- VII. protestos legítimos de títulos por cujo pagamento sejam responsáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado, ou (b) o protesto foi cancelado, sustado ou suspenso, ou (iii) foram prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido protesto;
- VIII. mudança, transferência ou cessão, ou qualquer outra forma de alteração, direta ou indireta, do controle acionário, exceto: (i) se por determinação judicial; ou (ii) mediante prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quórum de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

- IX. cisão, fusão ou incorporação por outra companhia que implique em redução do capital social, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, observado o *quórum* de deliberação estabelecido nesta Escritura, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- X. inadimplemento ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida líquida certa e exigível ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- XI. falsidade ou incorreção comprovadas, em qualquer aspecto relevante, das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- XII. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- XIV. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, respeitada a legislação aplicável;
- XV. caso quaisquer dos documentos da Oferta Restrita sejam objeto de questionamento judicial, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária, sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável);
- XVI. não cumprimento, no prazo determinado, de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou

- XVII. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte (i) na perda, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 30% (trinta por cento) dos ativos, ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios;
- XVIII. se as obrigações pecuniárias aqui assumidas pela Emissora deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal; e
- XIX. ocorrência de vencimento antecipado de qualquer dívida em decorrência de descumprimento de qualquer índice financeiro (*covenant*) por elas assumidos junto ao(s) credor(es) de tal dívidas;

6.1.1. Para fins desta cláusula de Evento de Vencimento Antecipado, "Controladas Relevantes" são aquelas cujo patrimônio líquido seja equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora.

6.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos I, II, III, VII, VIII e IX da Cláusula 6.1. acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.3. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.2. acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for comunicado de sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá não declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento.

6.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a liquidar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.5. O pagamento dos valores mencionados na Cláusula 6.4. acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.6. No caso de realização dos pagamentos citados por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6.7. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos do encerramento do exercício social em referência ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis no *site* da Emissora; (2) declaração da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura; e (3)

cópia do organograma atualizado do grupo societário a que pertence a Emissora, incluindo as empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior, caso não estejam disponíveis no *site* da Emissora, acompanhado de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula VI acima. A verificação, pelo Agente Fiduciário, do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora mencionada no subitem 2 acima, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas;

- (ii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (iii) confirmação, por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
 - (iv) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VI acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência.
- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
 - (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações,
 - (d) Convocar, nos termos da Cláusula VIII, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (e) Cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) Notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, a partir da ocorrência do evento, desde que não tenha sido publicado ao mercado, sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (h) Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (i) Comunicar o Agente Fiduciário de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.7 acima;
- (j) Contratar e manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador a agência de classificação de risco (*rating*) e a CETIP;
- (k) Cumprir, em todos os aspectos materiais, a todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens, cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (l) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;



- (m) Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (n) Contratar agência de classificação de risco (*rating*) e obter classificação de risco (*rating*) para as Debêntures, em escala nacional, no mínimo equivalente a "brBBB-", conforme escala de *rating* da Standard & Poors, Moody's ou Fitch, devendo a Emissora fornecer informações à agência de classificação de risco contratada com toda transparência e clareza para obtenção da classificação de risco o mais precisa possível;
- (o) Efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre esta Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (p) Não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução n.º CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- (q) Efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários à realização desta Emissão, conforme previsto nesta Escritura, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, a JUCESP; e
- (r) Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro.

7.2. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de



- computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições expressas nesta Escritura ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.1. Convocação e Mesa Diretora

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da

primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

8.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

8.1.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.2. Quórum de Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer *quórum*.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quóruns* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação").

8.3. Quórum de Deliberação

8.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.3.2 abaixo, todas as deliberações

a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.3.2. Não estão incluídos no *quórum* previsto acima:

- I. os *quóruns* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- II. a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração, com exceção do disposto na Cláusula 4.2.5 acima; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (v) datas de amortização; e (vi) na Cláusula VI.

CLÁUSULA IX

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) É sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) A celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e,

sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (e) As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (f) Os documentos e informações solicitados pelo Agente Fiduciário e encaminhados pela Companhia são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (g) As informações e declarações contidas nesta Escritura em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (h) Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (i) Tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (j) Está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder com todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos

municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (k) As demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 da Emissora representam corretamente as posições patrimonial e financeiras da Emissora naquela data e para aquele período e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) Exceto pelo disposto nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e/ou em leis, regulamentos, normas administrativas decisões de ordem judicial, administrativa e/ou arbitral e determinações e/ou disposições contratuais que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, judicial e/ou arbitral ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos do Contrato de Distribuição e desta Escritura, a Emissora (a) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; (b) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; (c) está cumprindo com todas as disposições contratuais relevantes a que está sujeita; e (d) declara que inexistente qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar o Contrato de Distribuição e/ou o disposto nesta Escritura, ou, ainda, que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas no Contrato de Distribuição e nesta Escritura;
- (m) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (o) Tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (p) Tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (q) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

CLÁUSULA X

AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) Não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) Aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) Não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- (d) Está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (e) É equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) Está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) Não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) Está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) A celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) A verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (l) Conforme disposto no item 7.1.(a).(i), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas;
- (m) Inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante

do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28;

- (n) Aceita integralmente esta Escritura e todos os seus termos e condições; e
- (o) A(s) pessoa(s) que o representa na assinatura desta Escritura tem(têm) poderes bastantes para tanto.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado na JUCESP.

10.3.5. O agente fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

l.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- i. denominação da companhia ofertante;
- ii. valor da emissão;
- iii. quantidade de debêntures emitidas;
- iv. espécie;
- v. prazo de vencimento das debêntures;
- vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(m) Disponibilizar o relatório de que trata o item "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na CETIP; e

n.5) na sede do Coordenador Líder.

(n) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 2.2 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o item "l" se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "m" acima;

(o) Coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;

(p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, o Agente Escriturador e à CETIP;

(q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;

(r) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, ou nos prazos específicos determinados nas demais cláusulas desta Escritura, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. A comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM;

r.2) à CETIP; e

r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

- (s) Divulgar as informações referidas na alínea "l.10" do item "l" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (t) Calcular o Preço Unitário das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP através de seu *website* ou sempre que solicitado.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer a falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea "d", será necessário a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação.

10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Valor anual de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), pagáveis em parcelas trimestrais de R\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta reais) sendo o primeiro pagamento



devido no 5º (quinto) dia após a integralização das debêntures, e os demais pagamentos nos mesmos períodos subsequentes;

- (b) As parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em Lei, pelo IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata dia se necessário;
- (c) A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado ou ainda na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas trimestrais não incluem as despesas relativas aos impostos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Imposto de Renda e Proventos de Qualquer – IRFF, bem como outros quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário. Alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente: IR = 1,5%, PIS = 0,65%, COFINS = 3,00%, CSLL = 1,00% e ISS = 5.00%, totalizando 11,15%;
- (e) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas individualmente incorridas acima de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) deverão ser previamente autorizadas por escrito pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3. No caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim for possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

J&F Participações S.A.

R. General Furtado do Nascimento, n.º 66

CEP- 05465-070, São Paulo – SP

At.: Sr. Sergio Thiago Giestas – Gerência Jurídica

Tel.: 55 11 2505-0416

Fax: 55 11 2505-0385

E-mail: sergio.giestas@jfholding.com.br

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares

CEP 04530-001, Itaim Bibi, – São Paulo - SP

At.: Sr. Nelson Santucci Torres

Tel.: 55 11 3048-9943

Fax: 55 11 3048-9910

E-mail: fiduciario@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e para o Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco – SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Tel.: 55 11 3684-7654

Fax: 55 11 3684-5645

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: 55 11 3111-1596

Fax: 55 11 3111-1564

E-mail: valores.mobiliario@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,

comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Título Executivo

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, Incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.4. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais Aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.5. Prazos

A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

11.6. Integralidade

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de Investidores Qualificados e publicações previstas na Instrução CVM 476.

11.7. Aditamentos

Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP.

11.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 05 de novembro de 2012

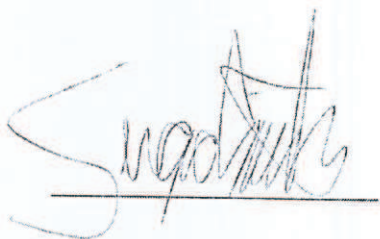
[As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes]



Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da J&F Participações S.A., celebrado entre J&F Participações S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 05 de novembro de 2012- Página 1 de 3

J&F PARTICIPAÇÕES S.A.,

na qualidade de Emissora



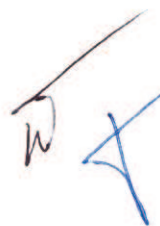
Nome:

Cargo:



Nome:

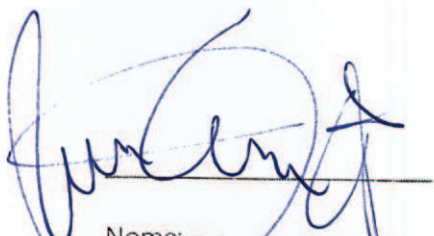
Cargo:



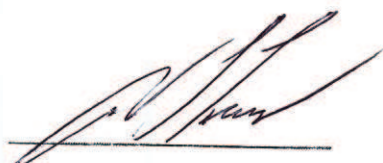
Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da J&F Participações S.A., celebrado entre J&F Participações S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 05 de novembro de 2012- Página 2 de 3

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.,

na qualidade de Agente Fiduciário



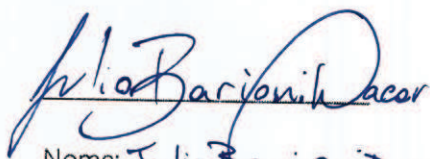
Nome: **Felipe Coimbra Abi André**
Cargo: **Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.**



Nome: **Ron Santucci Torres**
Cargo: **Agente Fiduciário
SLWCVC Ltda.**

Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da J&F Participações S.A., celebrado entre J&F Participações S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., em 05 de novembro de 2012- Página 3 de 3

Testemunhas:



Nome: Julio Barioni Dacar

CPF: 310.127.708-69



Nome: Daniel Silva Barbosa

CPF: 342.473.208-74